

Aprovada MP que permite antecipar receita para estados



Genildo Magela

■ Texto acolhido pelo Senado prorroga até o fim deste ano autorização dada à União

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que prorroga até 31 de dezembro a autorização para que a União antecipe, aos estados e ao Distrito Federal, receitas relativas a *royalties*, participações especiais e compensações financeiras. Os recursos serão usados para pagar dívidas com a União ou capitalizar fundos de previdência estaduais.

Página 3

SEM EMENDAS Plenário debateu propostas de mudança na medida provisória, mas decidiu manter o texto já aprovado na Câmara

CPI DO BANESTADO

Deputados paranaenses confirmam evasão de divisas



José Cruz

INFORMAÇÕES CPI presidida por Antero Paes de Barros tenta obter provas nos EUA

Em depoimento à CPI do Banestado, os deputados estaduais paranaenses Mário Sérgio Bradock e Neivo

Beraldin disseram que o banco se tornou “uma lavanderia de dinheiro” e propiciou evasão de divisas e “todo tipo de falcaturia”.

Página 5



Jane de Araújo

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem uma comitiva de parlamentares mexicanos, incluindo o presidente do Senado daquele país, Enrique Jackson Ramírez. Na presença de diversos senadores, como o líder do governo, Aloizio Mercadante, Sarney e Ramírez (foto) conversaram sobre as relações entre os dois países.

Página 6

BNDES reduziu aplicações no Nordeste, diz César Borges

Página 8



Malta defende profissionais do turismo

A liberação da carta sindical que permitirá aos profissionais do turismo reunirem-se numa confederação nacional foi defendida ontem

pelo senador Magno Malta (PL-ES).

– O turismo brasileiro tem que ser dirigido pelos profissionais que trabalham na área e recolhem R\$ 1 bilhão para a Confederação

Nacional do Comércio. O Brasil é o único país do mundo onde o turismo é um penduricalho do comércio – afirmou.

Para o senador do Trabalho, Jaques Wagner, não negará sua trajetória e atenderá à reivindicação do setor.

Em apoio, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) lembrou que o turismo é uma indústria não poluente e disse que não vê motivos para que a carta sindical não seja liberada já. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), por sua vez, afirmou que a liberdade de organização é um direito constitucional e que vários setores do turismo já estão organizados em sindicatos.

Magno Malta assinalou que, mesmo com todos os problemas enfrentados pela Argentina no ano passado, somente a cidade de Buenos Aires vendeu mais turismo do que o Brasil inteiro.

– Por que não temos o turismo como a maior indústria brasileira? – questionou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou seu apoio aos profissionais do turismo.

Agenda

Plenário do Senado vota pensão especial

Entre as matérias em pauta na sessão de hoje, a partir das 14h30, está o Projeto de Lei da Câmara nº 39/03, de autoria da Presidência da República, que concede pensão especial a Mário e Terezinha Kozel,

pais do soldado Mário Kozel Filho, morto em junho de 1968 após explosão de carro-bomba no portão do quartel onde estava de sentinela, em São Paulo. O valor da pensão, mensal e vitalícia, é de R\$ 330.

Sarney recebe ministra Dilma Rousseff

O presidente do Senado, José Sarney, recebe para o café da manhã, às 8h30, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (foto), na residência oficial do Senado Federal; às 11h, haverá reunião com os governadores do Nordeste e líderes no Senado Federal. A partir das 15h30, Sarney dirige a ordem do dia em Plenário.



Medidas tributárias para extração mineral em debate

Para debater as medidas tributárias do setor mineral, bem como o aperfeiçoamento da legislação das atividades mineradoras, a Subcomissão de Extração Mineral se reúne às 9h para a realização de

audiência pública com o presidente e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Edmundo Paes de Barros e José Mendo de Souza, respectivamente.

Especialistas discutem propriedade genética



A Comissão de Educação realiza, a partir das 10h, audiência pública para discutir o Projeto nº 527/99, que veda a instituições públicas de pesquisa transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas. Serão ouvidos o diretor-presidente da Embrapa, o presidente da Associação dos Produtores de Soja e o gerente de projeto da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Audiência sobre a reforma do Poder Judiciário

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realiza audiência para instruir a PEC nº 29/00, sobre a reforma do Poder Judiciário, com os presidentes Rubens Approbato Macha-

do (foto), da Ordem dos Advogados do Brasil; Marfan Vieira, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; e Cláudio Baldino Maciel, da Associação dos Magistrados Brasileiros.



Avisos do Tribunal de Contas

A Comissão de Fiscalização e Controle tem reunião hoje, às 11h30, para analisar avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias em obras públicas. Às 12h e às 12h15, respectivamente, se reúnem as subcomissões permanentes de Obras Inacabadas e de Fiscalização das Agências Reguladoras, para eleição do presidente e vice-presidente dos colegiados.

Frente Pró-Municípios

Criada a pedido do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a Frente Parlamentar Pró-Municípios, que deve discutir o endividamento dos municípios, bem como a distribuição de recursos tributários, antecipando-se à votação da reforma tributária (PEC nº 41/03), se reúne pela primeira vez hoje, a partir das 14h, no Auditório Petrônio Portella.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Jorge: crítica ao governo é procedente

O senador José Jorge (PFL-PE) contestou declarações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que teria classificado críticas do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, ao governo Luiz Inácio Lula da Silva como sendo “provenientes da direita”. Para José Jorge, trata-se de “uma declaração grosseira e irrefletida”.

Segundo o senador, foi o contexto de crescente violência no campo que levou Vasconcelos a se dirigir ao ministro da Justiça pedindo providências e ação da Polícia Federal, subordinada ao ministério.

– Dizer que a manifestação do governador é uma crítica da direita é uma maneira irresponsável de responder a uma crítica pertinente – enfatizou o parlamentar.

Juvêncio cobra medidas contra invasões de terra

Com base em artigo do ex-ministro da Reforma Agrária e atual deputado Raul Jungmann (PPS-PE), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS)

criticou ontem a omissão do governo em relação às invasões de propriedades pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Juvêncio pediu ao presidente da República que “defina os limites toleráveis das manifestações públicas” e que “faça valer o império da lei”.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PFL-TO) disse que as invasões do MST estão provocando temor nas famílias de agricultores. Para Almeida Lima (PDT-SE), o Parlamento deve se pronunciar sobre o problema. Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou também preocupação com a questão.

Roosevelt Pinheiro



Malta: categoria tem direito à sindicalização

Roosevelt Pinheiro



José Jorge contesta ministro da Justiça

José Cruz



Para Juvêncio, governo federal tem sido omissivo



Jone de Araújo

ESPAÇO Sarney e Bevilacqua conversam sobre a tramitação do acordo espacial, que prevê quatro lançamentos da base de Alcântara

Sarney apóia acordo espacial com a Ucrânia

O presidente do Senado, José Sarney, debateu ontem com o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Luiz Bevilacqua, a tramitação do Acordo de Salvaguardas Brasil-Ucrânia para a área espacial, que prevê quatro lançamentos espaciais a partir da base brasileira de Alcântara (MA) ao longo de três anos e transferência para o Brasil de tecnologia da Ucrânia, que tem 50 anos de experiência com lançadores de diversos tipos. Depois da audiência, Bevilacqua disse que Sarney é favorável à aprovação da matéria, que já passou na Câmara.

Está previsto para 2004 o lan-

çamento do livro de memórias de Sarney, que deverá ser concluído ainda este ano. A informação foi dada pelo senador, que vai decidir entre dois títulos: *Testamento para Roseana* ou *Boa-noite, Presidente*.

Sarney, que ontem recebeu seis integrantes da Associação dos Correspondentes Internacionais de Brasília, disse que o primeiro título se justifica por serem as memórias um testemunho de vida que se deixa para os filhos. A segunda alternativa faz referência a um episódio que viveu às vésperas de assumir a Presidência da República, em 1985.



Márcio Kallume



Márcio Kallume

Marcelo Crivella e diretor-geral do Senado são condecorados no TST

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) – à direita – e o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, foram condecorados ontem, respectivamente, nos graus de Grande Oficial e de Comenda-

dor, com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. As comendas foram entregues pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto.

Aprovada MP que prorroga antecipação dos royalties

Medida autoriza União a repassar aos estados as compensações pela exploração de energia, petróleo e gás natural

O Plenário aprovou ontem a Medida Provisória (MP) nº 120, de 2003, que prorroga para 31 de dezembro de 2003 o prazo para que a União antecipe, aos estados e ao Distrito Federal, as receitas relativas a royalties, participações especiais e compensações financeiras. A MP, que vai agora à promulgação, inclui créditos decorrentes da exploração de recursos hídricos para geração de energia elétrica e exploração de petróleo e gás natural.

Os recursos poderão ser utilizados pelos estados para o pagamento de dívidas com a União e para a capitalização dos fundos de previdência estaduais, conforme ressaltou o relator

da matéria em Plenário, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

O líder do PFL, senador José Agripino (RN) apresentou duas emendas, uma tornando obrigatória a antecipação dos royalties para qualquer ente da Federação que se habilitasse – já que o texto da MP apenas autoriza o governo a tal – e outra incluindo os municípios entre os possíveis beneficiados. O relator manifestou-se contrário às emendas, derrotadas em votação.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que a medida não significa outra coisa senão gerar recursos para os estados e o DF, que estão em situação de penúria. Para ela, a antecipação de royalties é um dos “penduricalhos arrecadatórios” que se permite ao Legislativo votar, “já que não se pode tocar naquilo que é a razão de existir do país: o pagamento de juros e serviço da dívida”.

Na mesma sessão, transcorreu o primeiro dia de discussão,

em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 23, de 2003) de autoria do senador Efraim Morais (PFL-PB) que limita a 2% das receitas correntes líquidas o montante máximo a ser comprometido no orçamento com o pagamento de precatórios, exceto os de natureza alimentícia.

Votos de pesar

O Plenário também aprovou três requerimentos de voto de pesar: do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), pelo falecimento, em 20 de julho, do ex-senador pelo Rio de Janeiro João Pedro Gouvêa Vieira, que comandou o Grupo Ipiranga de Petróleo; do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), homenageando o capitão-de-mar-e-guerra Márcio Hartz, que esteve na Marinha por 35 anos; e do senador Marco Maciel (PFL-PE), pelo falecimento da professora Ana Paes Barreto, “uma das fundadoras do movimento de cultura popular junto com o mestre Paulo Freire”.

Sérgio Guerra defende conclusão de ferrovia

Ao defender a construção da Ferrovia Transnordestina – iniciada em 1990 e paralisada dois anos depois por falta de recursos –, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que a conclusão da obra é essencial para a economia do Nordeste se tornar competitiva e ter condições de sustentação a curto, médio e longo prazos. Ele elogiou o presidente Lula por ter nomeado o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para coordenar o grupo interministerial responsável pela retomada do projeto.

O senador por Pernambuco anunciou que vai sugerir nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de



Roosevelt Finheiro

AVALIAÇÃO Processo de privatização das ferrovias foi malsucedido, diz Sérgio Guerra

Infra-Estrutura (CI) a discussão do projeto de construção da ferrovia. Ele acrescentou que já apresentou requerimento na CAE para que seja criada

subcomissão para debater a integração econômica no Brasil. Um dos assuntos que serão debatidos na subcomissão, se ela for instalada, é a recuperação e reestruturação de instituições como as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) da Amazônia (Sudam), Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs).

A privatização do sistema ferroviário promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso foi considerada malsucedida pelo senador. Ele disse que a iniciativa não produziu os resultados esperados, a não ser em alguns casos especiais.



Waldemir Rodrigues

Hélio Costa sugere que FMI explique acordo ao Congresso

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) sugeriu ontem que os representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), quando estiverem no Brasil, expliquem aos parlamentares os termos do acordo do empréstimo concedido ao governo brasileiro. Hélio Costa (foto) disse que, por causa de uma regra imposta pelo FMI nesse acordo, todo investimento feito por go-

vernios estaduais e municipais em habitação e saneamento é somado ao déficit público.

– É um absurdo. Se o governo de Minas Gerais pedir dinheiro ao BNDES para saneamento, será considerado déficit público por todo o período de vigência do empréstimo. Essa regra é que está impedindo a renegociação das dívidas de municípios e estados com o governo fe-

deral – frisou.

Hélio Costa lembrou que, de acordo com levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 40% das residências brasileiras não têm saneamento, frisando que morre uma criança a cada 15 minutos justamente por falta de saneamento.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o governo estuda a

renegociação do empréstimo com o FMI e que seria bom o Senado ouvir o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o andamento da negociação.

Hélio Costa cumprimentou o governo pela decisão de destinar 25% dos recursos da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os estados.

Reforma deve garantir melhor divisão do bolo tributário, dizem senadores

Vários senadores se manifestaram ontem sobre a situação precária das finanças municipais e a reforma tributária, em discussão na Câmara. Jefferson Péres ressaltou as dificuldades para aprovar a reforma. De um lado, disse, estão os contribuintes que querem pagar menos; de outro, estão a União, estados e municípios que pretendem



Genildo Magela

arrecadar mais. Demostenes Torres pregou a reconstrução do pacto federativo, com a valorização das cidades. Para Leomar Quintanilha, é preciso garantir as condições para os municípios cumprirem suas obrigações. Maguito Vilela considera que os prefeitos foram excluídos das discussões sobre a reforma tributária.



Genildo Magela

PRERROGATIVA Em reunião com Berzoini (E), Paulo Paim defendeu debate no Senado

Paim entrega propostas a Berzoini

O vice-presidente do Senado Federal, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini. Paim entregou ao ministro documento com sugestões para a reforma da Previdência, cujo texto – a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40 – foi aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

– Quando a reforma chegar ao Senado, vamos fazer um grande debate e construir o que eu chamo de a média do pensamento da sociedade – disse Paim.

O senador afirmou ainda que acredita na mudança de três pontos da PEC: aumento do valor do teto de isenção para a contribuição previdenciária, alteração na regra de transição e modificação no valor das pensões.

No final do encontro, o ministro Berzoini observou que o Senado é soberano para debater e decidir sobre a reforma.

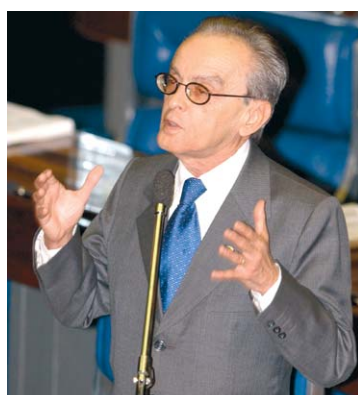
CLT

Paim anunciou em discurso que apóia o Fórum Nacional do Trabalho, instalado pelo presidente Lula, com a finalidade de atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que já tem 60 anos. No entanto, advertiu que não concorda com a flexibilização das leis trabalhistas nos moldes propostos pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e que lutará contra qualquer tentativa de redução de direitos dos trabalhadores.

– Só vejo sentido numa reforma destinada a reduzir o desemprego. E se alguma mudança na legislação pode contribuir para a geração de emprego, ela deve contemplar a redução da jornada de trabalho – assinalou.

Paulo Paim informou que várias pesquisas indicam que a redução da jornada de trabalho, das atuais 44 horas para 40 horas semanais, criaria no Brasil “de imediato entre 3 milhões e 4 milhões de empregos”. O senador concorda que sejam retiradas da legislação “as normas que caíram em desuso” e lamentou que as empresas burlam a CLT.

JEFFERSON PÉRES



Rosevelt Pinheiro

Aprovação de mudanças será muito difícil

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) expressou sua descrença na aprovação da reforma tributária pelo Congresso. Ele considera que, para atender às reivindicações de prefeitos e governadores, a União seria obrigada a aumentar a carga tributária, medida que, avalia, não seria aprovada por deputados e senadores.

– Tudo indica que haverá grande frustração porque ou não sairá reforma tributária nenhuma e o governo deixará para depois ou sairá uma reforma pífia. A conta não fecha, é uma equação insolúvel. De um lado, os contribuintes querem pagar menos e, de outro, a União, estados e municípios querem arrecadar mais.

Na avaliação do senador, o déficit público não permite que a União atenda ao apelo dos governadores, que pleiteiam parte da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide). E os prefeitos vão querer o mesmo, alertou.

DEMOSTENES TORRES

É preciso valorizar os municípios

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) anunciou a criação de uma Frente Municipalista Suprapartidária para valorizar o poder local e fazer valer o princípio municipalista consagrado na Constituição de 1988. Ele informou que o PFL reunirá amanhã centenas de prefeitos no Auditório Petrônio Portella, do Senado, com o objetivo de encontrar alternativa para reconstruir o pacto federativo, a partir da valorização das cidades.

Segundo o senador, embora o governo Luiz Inácio Lula da Silva sustente que a reforma tributária irá desonerar a produção e o investimento, criar condições de competitividade e fazer o Brasil crescer e gerar empregos, as mudanças apresentadas confirmam que “a fome de imposto do Estado brasileiro não tem cura e será, mais uma vez, saciada em detrimento da qualidade fiscal”.

Demostenes lembrou que o peso dos tributos no Brasil pulou de 26% para 40% do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos dez anos.



Rosevelt Pinheiro

LEOMAR QUINTANILHA



Rosevelt Pinheiro

Momento é oportuno para rever participação

No momento em que o Congresso analisa a reforma tributária, é imperioso que os parlamentares discutam também os problemas dos municípios, defendeu Leomar Quintanilha (PFL-TO). Para ele, é preciso que o Congresso dê condições de os municípios cumprirem suas responsabilidades junto aos cidadãos.

– O momento é agora. Não podemos perder a oportunidade de redefinir a participação dos entes federados no bolo tributário – afirmou.

Para Quintanilha, o desequilíbrio tributário no país pode ser mensurado pela evolução da carga fiscal em relação ao Produto Interno Bruto e à participação na arrecadação. Enquanto os tributos cresceram de 24,6% para 34,46% do PIB entre 1991 e 2001, a sua repartição só se alterou em favor da União, que aumentou sua participação de 55,36% para 59,30%, frisou o senador. Já os estados, acrescentou, viram sua participação reduzida de 28,23% para 26,5%, assim como os municípios, de 16,41% para 14,2%.

MAGUITO VILELA

Prefeitos foram deixados de lado nos debates

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) sustentou que a reforma tributária deve destinar aos municípios uma parcela maior do bolo tributário nacional, “ou ela não será uma reforma justa”. Para ele, os governadores deixaram as prefeituras de lado nas suas discussões da reforma com a União e o Congresso, uma situação a seu ver inaceitável.

– Espero que os governadores entendam que não adianta resolver apenas os problemas de caixa se as prefeituras continuarem à míngua. Que os governadores coloquem na mesa de negociações não apenas os seus interesses, mas os interesses das cidades – afirmou.

Maguito lembrou o movimento que os prefeitos começaram nos últimos dias em protesto contra a queda da arrecadação, baseada no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O dinheiro do FPM sai do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda. Como eles tiveram queda, o fundo também viu diminuir suas verbas.



Rosevelt Pinheiro

CPI do Banestado recebe novos documentos

■ Deputado afirma que a contabilidade, a cargo de uma única pessoa, não era fiscalizada pelo BC

Criado como banco de desenvolvimento, o Banestado se transformou, nos oito últimos anos de sua existência, em “uma grande lavanderia de dinheiro para que se fizesse todo tipo de falcaturas”. A afirmação foi feita, ontem, à CPI do Banestado, pelo deputado Mário Sérgio Bradock, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Paraná, que apurou as irregularidades na instituição. Jun-



REVELAÇÕES Mário Sérgio Bradock e Neivo Beraldin falam sobre trabalhos realizados pela Assembléia Legislativa do Paraná

tamente com o presidente da CPI estadual, Neivo Beraldin, Bradock entregou à CPI do Congresso documentos que resultaram das investigações no

Paraná.

O parlamentar disse que essas irregularidades, acrescidas de má administração, levaram à privatização do Banestado,

em 2000. Ele acrescentou que outras ações, como a subavaliação dos imóveis que faziam parte do patrimônio da instituição, foram praticadas intencionalmente para que o banco quebrasse, o que culminou com a sua venda por R\$ 1,6 bilhão ao Banco Itaú.

– As coisas ficaram de tal maneira que, para que toda a malandragem continuasse debaixo do tapete, a solução seria quebrar o banco. Não haveria outra opção senão vendê-lo.

Para o relator da CPI paranaense, “gestões absurdas” foram acompanhadas de grande fragilidade da contabilidade do Banestado, que, afirmou, não tinha fiscalização do Banco Central (BC) e ficava a cargo de

uma só pessoa, o contador Eraldo Ferreira. Ele forneceu detalhes sobre as operações à CPI do Paraná, informou Bradock.

O deputado Neivo Beraldin informou que o contador do Banestado é capaz de revelar todo o esquema de lavagem de dinheiro e subfaturamento de exportações que existiu no banco desde 1993. Eraldo também vai depor à CPI do Banestado.

– As duas CPIs possuem, em CD, toda a movimentação do Banestado entre 1996 e 1999. Precisamos apenas cruzar informações com as da Receita Federal, para constatar essa situação de crime de lesa-pátria – afirmou Beraldin.

Bradock afirma que não havia fiscalização sobre carros-fortes

Em depoimento prestado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o relator da CPI da Assembléia Legislativa do Paraná que investigou irregularidades no banco, deputado Mário Sérgio Bradock, destacou a falta de controle sobre os carros-fortes que atravessavam a Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad del Este, no Paraguai, inclusive, segundo ele, com a conivência de setores da Polícia Civil.

A situação só mudou, disse o deputado, quando o procurador da República no Paraná Celso Antônio Três começou a investigar o caso. A partir de então, o esquema deixou de usar carros-fortes e passou a utilizar aviões

em Toledo (PR). Mário Bradock narrou ainda a simulação de um assalto a um carro-forte no Paraguai, cujo dinheiro nunca foi reclamado pelos supostos donos. O presidente da CPI da Assembléia paranaense, deputado Neivo Beraldin, entregou à comissão do Congresso correspondência entre gerentes de agências no Paraná e em Nova York atestando que as contas estrangeiras tinham nomes de fantasia. O deputado também entregou à comissão extratos, relatórios de viagem e outros documentos obtidos pelas auditorias internas realizadas no Banestado, que, na sua opinião, são reveladores e demonstram relações entre as movimentações financeiras no banco e doleiros. Beraldin ressaltou a existência de um esquema de subfaturamento de exportações realizado princi-

palmente nas agências do Banestado em Maringá (PR) e Londrina (PR). Uma exportação no valor de US\$ 1 milhão, exemplificou ele, movimentava apenas US\$ 100 mil em instituições norte-americanas. O restante, explicou Beraldin, era usado para a evasão de recursos, por meio da movimentação de dólares no mercado paralelo. As investigações paranaenses, conforme Beraldin, também enfrentaram dificuldades. O ex-gerente do Banestado Hércio Santos, informou o deputado, se recusou a depor e, quando o fez, não assinou o compromisso de dizer a verdade. O ex-funcionário do Banestado Valdir Perin também ofereceu resistências no depoimento à comissão parlamentar de inquérito paranaense.

Informações seguem hoje para Estados Unidos

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros, comunicou que as informações requeridas pelo acordo Multilateral Legal Agreement Treaty (MLAT) para a abertura de dados protegidos por sigilo serão enviadas hoje para as autoridades norte-americanas. O presidente da CPI reclamou da demora na tradução dos documentos.

– Finalmente, o documento foi traduzido. Não entendo essa

demora toda, já que as informações foram entregues no dia 27 (de julho). Não é possível que, para traduzir um documento, demore tudo isso. Mas temos paciência. Estamos convivendo com as dificuldades e conseguimos cumprir mais uma etapa. Antero revelou ainda que um dos pontos dos depoimentos prestados ontem à CPI que mais lhe chamou a atenção foi o nível de organização interna desenvolvido pelo Banestado para identificar o subfaturamento de importações

pela qual eram feitas duas operações – uma oficial, em papel branco, e outra, usada para evasão de divisas, em papel cor-de-rosa (chamados “cobrança pink”). Ele esclareceu também que o delegado federal José Castilho Neto não fará parte do grupo da CPI que irá aos Estados Unidos. Porém, disse não estar informado se o delegado vai aos EUA por indicação de algum dos órgãos do Executivo que vão compor a comitiva.

Quebra de sigilo leva comissão a embaixadora

O senador Antero Paes de Barros informou que os dirigentes da CPI do Banestado reuniram-se com a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, a quem pediram o apoio formal daquele país para as apurações e recolhimento de provas que o Brasil precisa realizar nos EUA. Antero afirmou que a receptividade foi boa, mas disse que a embaixadora lembrou a conveniência de o Brasil dispor de uma agenda predefinida com as autoridades americanas e também dos pedidos judiciais oficiais para facilitar o acesso aos dados necessários.

Antero comunicou ainda que, em função de uma questão de ordem formulada no Plenário, a CPI do Banestado ficará impossibilitada de realizar reuniões em horários simultâneos aos estabelecidos para os trabalhos das comissões per-

manentes e da ordem do dia no Plenário. Assim, as reuniões de terças e quintas-feiras ocorrerão a partir das 16h30, após as votações das sessões do Plenário, e as de sextas-feiras vão ser feitas pela manhã.

Serão ouvidos amanhã à tarde pela comissão parlamentar de inquérito os ex-dirigentes do Banco Araucária. Para sexta-feira, às 9 horas, estão confirmados os depoimentos do diretor financeiro da construtora Mendes Júnior, Simeão Damasceno, na condição de convocado, e do promotor de Justiça do Paraná Sílvio Marques, como convidado.

O senador informou também que os dois deputados da Assembléia Legislativa do Paraná entregaram à secretária da comissão um disco magnético com dados das pessoas envolvidas no esquema de evasão de divisas.



ATENÇÃO Antero afirmou que foi boa a receptividade de Donna Hrinak durante visita de integrantes da CPI do Banestado

Comissão discutirá estímulo à teledramaturgia



Waldemir Rodrigues

PREOCUPAÇÃO Hélio Costa quer reduzir o número de "enlatados" na programação da TV brasileira

Devem participar do debate na CE, em data a ser ainda marcada, artistas, autores de novelas e sindicalistas

A Comissão de Educação (CE) discutirá, em data a ser ainda marcada, a necessidade de assegurar mais espaço à dramaturgia brasileira nas emissoras de televisão, como

forma de valorizar os artistas nacionais, expandir a produção e bloquear a invasão de "enlatados" estrangeiros, principalmente novelas. A decisão foi tomada ontem pelo colegiado.

Entre os convidados para a audiência estão a atriz Fernanda Montenegro, o autor de novelas Lauro César Muniz, o cineasta Roberto Farias, o presidente da Associação de Roteiristas de Televisão, Cinema e Outras Mídias, Marcílio Mo-

raes, e os seguintes representantes do Sindicato dos Artistas: Geraldo Carneiro Júnior, Sérgio Marques, Sandra Louzada, Ítala Nandi, Tiago Santiago, Lavínia Vlasak e Stepan Nercessian.

Para o senador Hélio Costa (PMDB-MG), autor do requerimento, a cada ano que passa a dramaturgia tem menos espaço na programação, o que representa, conforme observou, "um grave risco ao setor".

Hélio Costa salientou que, com raras exceções, como é o caso da Rede Globo, a maioria dos canais de televisão brasileira limita-se a transmitir filmes e "enlatados", quase todos produzidos nos Estados Unidos. Ele disse que até as telenovelas, "ícones da cultura nacional", estão sendo ameaçadas pela importação de produções estrangeiras, notadamente as mexicanas, o que considera "um absurdo".

Propriedade genética será examinada

A Comissão de Educação (CE) realiza hoje, a partir das 10h, audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 527/99, do então senador Blairo Maggi, que veda a instituições públicas de pesquisa transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas.

A proibição, de acordo com a proposta, compreende tanto a transferência definitiva da propriedade como a temporária.

Estarão presentes à audiência pública o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Clayton Campanhola; o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Ywao Miyamoto; e o gerente de projeto da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Heidi Suguieda.



Waldemir Rodrigues

DECISÃO Projeto de resolução foi acolhido ontem pelos senadores da Comissão de Educação

Aprovada a criação de espaço para fotos de ex-senadoras

O Senado poderá criar um espaço destinado a abrigar, em caráter permanente, as fotos das ex-senadoras, conforme decisão da Comissão de Educação (CE), que aprovou ontem parecer do senador José Jorge (PFL-PE) ao Projeto de Resolução nº 14, de 2003, de autoria de Serys Slhessarenko (PT-MT). A proposta segue agora para análise da Comissão Diretora.

Com o espaço, observou a senadora, qualquer cidadão que visitar a Casa terá a noção do aumento da participação da mulher no Senado, e poderá conhecer a contribuição que elas vêm dando para o aperfeiçoamento da democracia. Dos 81 senadores, nove são mulheres.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) destacou a relevância

da aprovação do projeto. Ela entende que as mulheres participam cada vez mais do processo político brasileiro. O senador Almeida Lima (PDT-SE) informou que se absteria de votar, por considerar que a galeria representaria "discriminação à mulher", já que, atualmente, é normal a participação feminina nos pleitos eleitorais e nas Casas Legislativas.

Renan destaca artigo sobre Paes de Andrade

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, leu em Plenário trechos de artigo assinado pelo jornalista e poeta cearense Gerardo Mello Mourão sobre a indicação do ex-deputado Paes de Andrade para o cargo de embaixador do Brasil em Portugal.

Ele pediu a transcrição do artigo nos Anais do Senado.

No texto, Gerardo Mello

Mourão lembra a atuação política de Paes de Andrade, eleito várias vezes deputado pelo Ceará, além de fundador e secretário-geral do grupo dos autênticos do então MDB, que se transformou no PMDB.

O artigo ressalta também o jurista Paes de Andrade, autor, com o constitucionalista Paulo Bonavides, do livro *História Constitucional do Brasil*.



Roosevelt Fmheiro

Renan lembra a atuação política do ex-deputado

POLÍTICA EXTERNA

Sarney recebe parlamentares do México

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem comitiva de parlamentares mexicanos, entre eles o presidente do Senado do México, Enrique Jackson Ramírez. O estreitamento das relações entre os dois países foi o principal tema da conversa, que continuou em almoço oferecido por Sarney na residência oficial da Presidência do Senado com a participação de parlamentares, diplomatas e do ministro da Cul-

tura, Gilberto Gil.

Um dos principais resultados da conversa foi o propósito, acordado entre os presidentes dos dois Senados, de criar comissão parlamentar permanente que a cada ano reuniria membros das Comissões de Relações Exteriores dos Congressos do México e Brasil.

O senador mexicano salientou a necessidade de discutir as experiências de participação em organizações de integração

regional, como a do Brasil no Mercosul e a do México na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A deputada Beatriz Elena Paredes Rangel enfatizou os pontos comuns das discussões que envolvem os parlamentares dos dois países, como a reforma fiscal e previdenciária.

Sarney lembrou que o México é quarto maior parceiro do Brasil. "Essa é uma oportunidade para estreitarmos relações."



Jone de Araújo

PARCERIA Sarney (D) discutiu com Enrique Ramírez, presidente do Senado mexicano, aproximação entre Legislativos dos dois países

Waldemir Rodrigues



Almeida Lima criticou a política econômica "recessiva" adotada pelo governo. "A economia andou de mal a pior", avaliou

Waldemir Rodrigues



Aloizio Mercadante disse que na atual política monetária é mais importante a ata do Copom do que o relatório trimestral do BC

José Cruz



Fernando Bezerra exortou a CAE a buscar caminhos para restabelecer a supervisão da política monetária pelo Senado

Roosevelt Pinheiro



Rodolpho Tourinho tem projeto que reorganiza a ação do BC e pode resolver a questão do monitoramento da política monetária

Supervisão da política monetária pode mudar

■ Ao aprovar programação do terceiro trimestre, CAE acolhe projeto que dispensa relatório do Banco Central e atualiza legislação do Plano Real

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sobre a programação monetária do terceiro trimestre deste ano, enviada pelo Executivo. No parecer, Garibaldi propôs dois projetos: um de decreto legislativo acolhendo o relatório do período e um projeto de lei para alterar os procedimentos exigidos do Banco Central.

O relator considera que o acompanhamento da oferta de moeda como feito hoje, com as programações trimestrais analisadas pelo Senado, tornou-se "inócuo" após a adoção do câmbio flutuante e da política monetária baseada em metas de inflação. Ele defende a atualização da legislação do Plano Real, para que o Senado possa desempenhar "uma real supervisão da política monetária".

O projeto dispensa o relatório trimestral do BC sobre o comportamento previsto para os agregados monetários (meios de pagamento e base monetária), que é votado pela CAE, e revoga outros dispositivos da Lei nº 9.069, de 1995, que instituiu o Real.

Discussão

O relatório de Garibaldi teve apenas um voto contrário, do senador Almeida Lima (PDT-SE). Ele discordou principalmente em relação à ineficácia de o Senado acompanhar a expansão da oferta de moeda e à proposta de dispensa dos relatórios trimestrais do BC.

Almeida Lima criticou ainda a política econômica "recessiva" do governo, expressa, segundo ele, nos indicadores do relatório da programação monetária. "A economia andou de mal a pior", avaliou.



Fotos: Waldemir Rodrigues



DEBATE Presidida por Ramez Tebet, CAE discutiu o parecer de Garibaldi Alves Filho (no destaque) e aprovou a programação monetária do terceiro trimestre

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu o parecer de Garibaldi. Ele frisou que na atual política monetária é muito mais importan-

te a ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que decide a taxa básica de juros.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) exortou a CAE a buscar caminhos para restabelecer a supervisão da política mone-

tária pelo Senado. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) informou ter apresentado projeto (nº 317/2003) prevendo a reorganização da atuação do BC, e acrescentou que sua proposta pode resolver a questão.

CAE facilita compra de livros por bibliotecas

As bibliotecas públicas poderão renovar com mais facilidade o seu acervo, além de doar livros já desgastados e substituir títulos desatualizados. As inovações estão previstas no Projeto de Lei Complementar nº 55/99, de autoria do ex-senador Lúcio Alcântara, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e será agora submetido ao Plenário.

A proposta, que recebeu voto favorável do relator, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), exclui o material bibliográfico da classificação contábil de bem permanente, mas não vale para publicações raras ou valiosas.

A modificação facilita o processo de aquisição de livros. Atualmente, segundo o relator, os pagamentos relativos às compras são feitos antecipadamente e não há como negociar



AGILIDADE Mesquita Júnior diz que projeto beneficia bibliotecas e propicia destino social ao livro

descontos. Mesquita Júnior explicou que o projeto pretende ainda facilitar a destinação social dos livros, após concluído seu prazo de vida útil.

Os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiaram a proposição, apoiaram o relatório e parabenizaram os bibliotecários, em especial os da Biblioteca do Senado, pelo acolhimento da proposta, que já havia recebido parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Auditorias sobre setor naval vão à CFC

Os resultados de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na Secretaria da Receita Federal e na Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, em 1998 e 2001, foram apresentados em relatório do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelas explicações do relator, as auditorias foram destinadas a levantar os procedimentos adotados para a concessão, o acompanhamento e a fiscalização dos incentivos fiscais ao setor de construção naval e as informações sobre o fomento à marinha mercante e a baixa participação da frota nacional nas operações de comércio exterior. O TCU também levantou

dados para avaliar os benefícios socioeconômicos provenientes da renúncia fiscal envolvida com esses incentivos.

Fernando Bezerra propôs, em seu parecer, que a CAE tomasse conhecimento desses resultados e encaminhasse a matéria para a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). O TCU fez várias determinações aos órgãos auditados.

Endividamento público e Fome Zero terão subcomissões

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou para amanhã a reunião de instalação da subcomissão temporária que tratará do endividamento público de várias esferas do governo. A reunião será presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Na quinta-feira da próxima semana, ocorrerá a reunião de

instalação da subcomissão temporária da Cesta Básica, também chamada de Fome Zero. O objetivo da subcomissão, informou Tebet, será verificar o que é melhor para o programa Fome Zero: fornecer cestas básicas em espécie ou em dinheiro e, nesse último caso, se as pessoas devem ter liberdade para gastar os recursos como quiserem.



DÍVIDA Pedro Simon vai presidir reunião que instalará a subcomissão temporária

Célio Azevedo

Capiberibe vê irregularidades no Ibama

Roosevelt Pinheiro



Capiberibe leva denúncias ao governo e MP

Ao pedir providências ao governo federal para a situação precária de funcionamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(Ibama) no Amapá, o senador João Capiberibe (PSB-AP) informou que recebeu denúncias de transações suspeitas contra o órgão (declarações de perda e extravio de autorizações para transporte de produtos florestais emitidas pelo Ibama do estado).

– Recebemos as denúncias e já estamos encaminhando à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao presidente do Ibama, Marcos Barros, e ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles – afirmou João Capiberibe.

Segundo ele, entre dezembro de 2001 e janeiro de 2003, 133 autorizações foram declaradas como perdas e/ou extraviadas junto ao Ibama do Amapá.

João Ribeiro saúda liberação de recursos

Célio Azevedo



João Ribeiro: mais empregos no Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) anunciou ontem a visita do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a Palmas, no Tocantins, para a liberação de R\$ 10 milhões destinados ao Programa de Perenização das Águas do Tocantins (Propertins). O programa inclui a barragem do Rio Manuel Alves e o projeto de fruticultura, que resultará na criação de 2.500 novos empregos diretos e indiretos nos municípios de Dianópolis, Porto Alegre do Tocantins, Almas e Rio da Conceição, informou.

Na esteira do projeto, disse o senador, surgirá o Pólo de Fruticultura Integrada São João, em Porto Nacional, à margem do Rio Tocantins, que gerará 13.500 novos empregos.

Borges cobra do BNDES investimentos no Nordeste

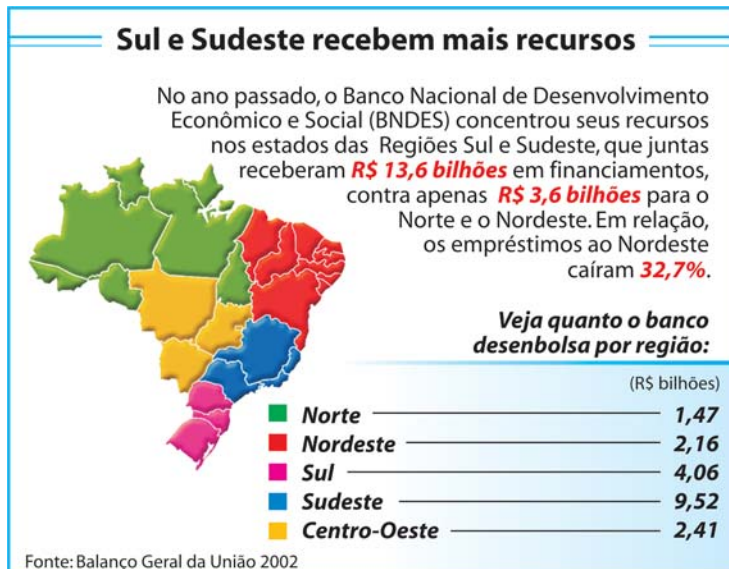
Senador afirma que o banco reduziu em quase 50% os repasses de verbas para as regiões mais carentes

O senador César Borges (PFL-BA) fez ontem um apelo aos parlamentares das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para que se unam com o objetivo de reivindicar ao governo federal medidas para tornar o país menos desigual.

Baseado em informações recebidas do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, em atendimento a requerimento de sua autoria, César Borges afirmou que no ritmo atual haverá uma queda de quase 50% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) repassados à Região Nordeste em 2003.

– De janeiro a maio deste ano, o BNDES destinou R\$ 978 milhões ao Nordeste, apenas 26% do total desembolsado em 2002. Na maioria dos estados nordestinos, os desembolsos não chegaram a 20% dos valores de 2002 – assinalou ele.

No primeiro semestre deste ano houve uma queda de 19% em relação ao mesmo período de 2002, o que o senador interpretou como "falta de confian-



ça dos empreendedores em relação ao crescimento do país".

No entanto, observou César Borges, conforme a *Folha de S. Paulo*, entre janeiro de 2002 e junho de 2003 a cidade de São Paulo ficou com 81% dos empréstimos do BNDES para prefeituras. O senador acusou o atual governo de utilizar "dois pesos e duas medidas" para fazer os repasses.

– Somente em 2003, foi concedido um empréstimo de R\$ 494 milhões para a capital paulista, e o BNDES levou apenas três meses para avaliar esse projeto. Enquanto isso, a população baiana aguarda há quase sete meses pela internalização de R\$ 15 milhões liberados pelo Banco Mundial para as obras



Roosevelt Pinheiro

DOIS PESOS Borges diz que BNDES analisa há sete meses repasse para metrô de Salvador

do metrô de Salvador – disse.

Em apartes, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apoiaram o discurso de Borges.

Sibá comemora uso de biodiesel para gerar energia elétrica no Acre

O senador Sibá Machado (PT-AC) comemorou a adesão do Acre ao uso de biodiesel (combustível de origem vegetal) para a produção de energia elétrica. "Será o primeiro estado da região amazônica a produzir energia limpa", comemorou.

No último dia 7, foi assinado termo de cooperação técnica e financeira entre o governador Jorge Viana (PT) e o presidente das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), Luiz Pinguelli Rosa, para instalação de usina de energia a ser alimentada por esse combustível ecológico, em substituição ao óleo diesel.



Roosevelt Pinheiro

DECISÃO Sibá apresentará projeto obrigando uso de 5% de biocombustível no óleo diesel

Se o Piauí já explora 40 mil hectares de mamona para o processamento de biodiesel, o

Acre deverá fazê-lo a partir da pupunha (fruto de uma palmeira amazônica), conforme adiantou o parlamentar. Além dos benefícios ao meio ambiente, ele assinalou os reflexos positivos da iniciativa sobre a agricultura familiar, que cultivaria a matéria-prima.

Até o fim do mês, Sibá Machado deve apresentar projeto de lei estabelecendo que, nos próximos dois anos, 5% do óleo diesel consumido no país sejam substituídos pelo biocombustível processado a partir do cultivo em áreas de agricultura familiar.



Roosevelt Pinheiro

PESQUISA Pobreza agora atinge 44% da população nortista, informa Mozarildo Cavalcanti

Pobreza cresce na Região Norte, diz Mozarildo

Enquanto o país subiu da 73ª posição para a 65ª no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 1990 e 2001, a pobreza na Região Norte cresceu e passou de 36% para 44% da população na região, segundo o mesmo relatório da Organização das Nações Unidas. O registro foi feito em discurso ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Ele revelou que os estados que mais subiram no ranking foram o Ceará e Mato Grosso, e os que mais caíram, Roraima, Amazonas e Acre, "todos da Região Norte". De acordo com o senador, é com alegria que se constata que a qualidade de vida melhorou no Brasil como um todo, mas a permanência das desigualdades regionais causa preocupação.

Mozarildo disse que ao governo atual – que demonstra preocupação com a pobreza – cabe uma análise mais séria sobre o assunto, e as providências tomadas devem levar em conta as peculiaridades de cada estado. Para o parlamentar, o tema deveria receber a atenção de todos, não apenas da bancada da Região Norte, já que a desigualdade em uma região afeta as outras.

Em apartes, os senadores Augusto Botelho (PDT-RR) e Demóstenes Torres (PFL-GO) mostraram preocupação com a perda de receitas dos estados do Norte com a reforma tributária. João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a coordenação de ações nos dois principais projetos do governo para a região: o Programa de Desenvolvimento da Amazônia Sustentável e o Plano Plurianual 2003/2007. Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirma que o PPA "esbarra em orçamentos ridículos".

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e João Ribeiro